



Uma melhora questionável

Boletim N° 66 | 1° Trimestre de 2022
Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura

Sumário

Apresentação.....	2
1. Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo.....	3
2. Política Monetária e Inflação.....	8
3. Empregos e Salários.....	11
4. Política Econômica, por Fabrício Oliveira	13
Anexo Estatístico.....	15





Apresentação

O Boletim de Conjuntura em Economia da Ufes, produzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura da Universidade Federal do Espírito Santo, chega a sua 66ª edição. Seu formato segue a mesma estrutura da edição anterior, com quatro seções, a primeira com a análise do nível de atividade, política fiscal e setor externo, a segunda sobre política monetária e inflação e a terceira tratando do mercado de trabalho. Completa o texto, a tradicional análise do economista Fabrício Oliveira, fazendo um balanço da economia mundial e nacional. Um anexo estatístico fecha o boletim.

Os textos que seguem apresentam o desempenho da economia brasileira após a vacinação de mais de 75% da sua população contra a COVID-19. Embora esse resultado não tenha encerrado a pandemia, ele permitiu uma circulação de pessoas sem o espectro dos lockdowns, o medo da contaminação e adoecimento grave e a exaustão do sistema de saúde público e privado. Diante desse recorte, os dados analisados compreendem o ano anterior à pandemia da COVID-19 e o primeiro trimestre de 2022.

Sob o título “Uma melhora questionável”, a análise conjuntural aqui desenvolvida questiona os resultados positivos da economia brasileira neste começo de 2022. Afinal, o crescimento do PIB não demonstra sustentabilidade em seus indicadores, a inflação atingiu um patamar elevado, a taxa Selic tem sofrido sucessivas altas e o crescimento da ocupação da força de trabalho se dá puxada pela informalidade. Quando somados, esses fatores apontam para uma tendência de baixo crescimento e piora na qualidade de vida.

Nesse sentido, os dados apresentados e o texto do professor Fabrício de Oliveira permitem questionar o resultado aparentemente positivo apresentado pelos indicadores macroeconômicos nacionais. O professor Fabrício mostra, ainda, que o cenário de recessão para a economia mundial neste ano de 2022 reforça a dura realidade para a economia brasileira nos próximos anos e pode se aprofundar mediante o potencial acirramento de um conflito mundial. Neste sentido, o desenho do futuro da economia brasileira ainda não está claro e a melhora de alguns indicadores deve ser interpretada com ressalvas.

Nós, professores e estudantes do Grupo de Conjuntura, convidamos a todas e todos para a leitura dos textos produzidos para a presente edição.

Boa leitura!
Grupo de Conjuntura



1. Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 em todo território brasileiro e o relaxamento das restrições de distanciamento social, existe uma expectativa do mercado e da população em geral para uma retomada da economia brasileira. O Ministério da Economia emitiu, em maio de 2022, um boletim afirmando que o Brasil estava alcançando o sonhado “crescimento em V”. Este termo é utilizado quando se pretende dizer que a economia entra numa trajetória de crescimento econômico acelerado após um período de retração igualmente acelerado, como foi o biênio 2020-2021. Mas será mesmo que uma análise fria dos números indica uma recuperação da economia brasileira em “V”?

De acordo com os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o primeiro trimestre de 2021, registrou crescimento de 1,7%. Esse resultado foi influenciado, analisando pela ótica da demanda, pela expansão de 2,2% do consumo das famílias, considerado o “motor da economia brasileira” e responsável pela composição de mais de 60% do PIB brasileiro em 2021 (Gráfico 1.1). No entanto, a variação positiva do consumo das famílias deve ser analisada com ressalvas, visto que na base de comparação utilizada, o primeiro trimestre de 2021, sofria com os efeitos da disseminação da Covid-19, apesar do início da vacinação em massa contra a Covid-19 em todo território nacional.

Outrossim, observando o PIB pela ótica do produto, os serviços, responsável pela composição de mais de 60% do PIB em 2021, obtiveram uma variação positiva de 3,7% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 1.2). Esse crescimento foi influenciado pela expansão dos seguintes componentes do setor de serviços: “atividades imobiliárias”, “outras atividades e serviços” e “administração, defesa, saúde, educação pública e seguridade social” que obtiveram, respectivamente, uma variação positiva de 0,3%, 2,9% e 12,6%. No entanto, apesar da ampliação da vacinação contra a Covid-19 na população brasileira, que possibilitou a retomada de diversas atividades do setor de serviços sem restrições de distanciamento social, o subcomponente “comércio” apresentou uma variação negativa de 1,5%. Essa variação negativa foi resultante, principalmente, da corrosão do poder de compra da população brasileira, causado pelo crescimento da inflação e do aumento no desemprego.

Destarte, é importante analisar que a indústria brasileira não se recuperou plenamente dos impactos da disseminação da Covid-19 e está sofrendo, de acordo com a análise realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o aumento da inflação e a continuidade da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Desse modo, ainda observando pela ótica do produto, o setor da indústria registrou uma queda de 1,5% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Para mais, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (Pim-Pf) do mês de junho de 2022, divulgada pelo IBGE, a indústria geral e as indústrias de transformação obtiveram,



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Respectivamente, uma pequena variação positiva de 0,3% e 0,8%, na comparação com o mês imediatamente anterior. Ademais, as indústrias extrativistas apresentaram uma forte retração de 5,6%, na comparação com o mês imediatamente anterior (Gráfico 1.3). Vale ressaltar, entretanto, que o cenário de estagnação da indústria nacional é resultante de um processo histórico de desindustrialização, sendo que no ano de 2011, a indústria era responsável por 27,2% da composição do PIB brasileiro e, no ano de 2021, a indústria nacional foi responsável pela composição de 22,2% do PIB, um recuo de 5 pontos percentuais (p.p) em aproximadamente uma década. Além disso, o processo de estagnação da indústria também gera um sinal de alerta para a sustentabilidade da economia brasileira, dado que este setor é o principal responsável pela geração de riqueza para a economia nacional. Nesse contexto, de acordo com os cálculos realizados pela CNI, a cada 1 real investido no setor industrial brasileiro, há um retorno de 2,32 reais para a economia nacional. Em comparação, o setor da agricultura e o setor de serviços ao receberem um investimento de R\$ 1,00, há uma geração de valor de apenas 1,67 e 1,51 reais, respectivamente.

Na agropecuária, o PIB teve queda na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior de 0,9%. Na comparação do primeiro trimestre deste ano com o primeiro trimestre de 2021, o recuo apontado pelo IBGE foi puxado, principalmente, pela queda nas safras da soja (-12,2%), do arroz (-8,5%), do fumo (-7,3%) e da mandioca (-2,7%). O primeiro trimestre do ano é muito importante para a colheita de culturas de início de ano, devido às safras de arroz, milho, soja, mandioca, feijão, fumo e uva. Porém, todos esses têm sido afetados pelo clima e tiveram perdas de produtividade. Isso porque a região Sul, desenvolvida na agropecuária e que concentra 25% da produção de grãos do país, passou por dificuldades climáticas. A região concentra a maior parte das culturas de início de ano. Segundo o IBGE, 82% da produção nacional de arroz, 20% da de soja, 32% da de farinha de milho, 26% da de feijão e 95% da de fumo estão concentradas no sul.

A economia brasileira passa por um período delicado, além das crises política e econômica que tem afetado o país nos últimos anos, vive-se uma alta generalizada dos preços da commodities ao mesmo tempo em que os custos dos insumos também estão elevados. A situação foi agravada, ainda mais, pela guerra na Ucrânia, envolvendo grandes exportadores tanto de grãos quanto de fertilizantes. Esse cenário de alta de custos poderá limitar o emprego de tecnologia na produção futura, diminuindo a produtividade e as margens de lucro.

Durante a pandemia houve uma explosão dos gastos extraordinários, mas a partir de 2021 há uma mudança de trajetória, com redução dos gastos que têm se mantido em 2022. Para a análise da Política Fiscal, as comparações serão feitas com os anos de 2021 e 2019, sendo o ano de 2019 considerado como a nossa base de comparação, o ano pré-pandemia. O objetivo é analisar as contas públicas após o período pandêmico, e entender se há um movimento de retomada e recuperação das



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

contas públicas, por isso não serão estabelecidas comparações com 2020, dado que foi um ano atípico e que intensificou a crise que se arrastava.

No acumulado de janeiro a abril de 2022, o Resultado Primário do Governo Central — que desconsidera o pagamento de juros da dívida — apresentou superávit de R\$ 39,2 bilhões. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo superávit do Tesouro Nacional de R\$165,9 bilhões, e foi compensado, em parte, pelo déficit de R\$ 138,2 bilhões da Previdência Social (INSS) e de R\$ 22,6 bilhões do Banco Central. Em comparação com o mesmo período de 2021, houve variação positiva de 97%. No entanto, esses dados positivos são reflexos da base de comparação, conforme ressaltado na análise do PIB, dado que os primeiros meses de 2021 foram marcados por expansão das despesas com aquisição de vacinas, auxílio emergencial e outras despesas relacionadas ao combate da COVID-19.

Pelo lado das Receitas, no acumulado de janeiro a abril, houve crescimento de 23% da arrecadação em relação a 2021. Comparado à 2019, período pré-pandemia, o crescimento foi ainda maior, de 44,3%, com destaque para o IR com crescimento de 52% e 31%, respectivamente. Esse aumento na arrecadação reflete o retorno da atividade econômica, com queda no desemprego, além da aceleração inflacionária, que acumula alta de 11,89% em 12 meses, e que afeta positivamente a arrecadação do governo via consumo das famílias.

Apesar da redução com despesas ligadas ao combate da COVID-19, o que levou à queda na despesa total em 2021 e a um superávit primário modesto, em 2022, no acumulado, a despesa total apresentou crescimento de 18% em relação a 2021. Esse aumento foi influenciado pelo aumento nas despesas discricionárias (39%), benefícios previdenciários (21%) e pela conta de custeio e capital (18%).

Para a análise do resultado primário do Setor Público Consolidado (SPC), que analisa a evolução das contas públicas pela ótica do financiamento, foi utilizada a metodologia “abaixo da linha”, a partir do conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), isto é, a variação do saldo da dívida pública. Nesse sentido, variações com sinal positivo (+) são denominados déficits, enquanto variações com sinal negativo (-) são superávits.

Os resultados referentes ao SPC, mostram que após o arrefecimento dos efeitos econômicos causados pela pandemia e a redução nas despesas do governo com gastos extraordinários, a trajetória de crescimento da relação Dívida/PIB desacelerou. No acumulado de janeiro a abril de 2022, a NFSP apresentou superávit primário de R\$148,4 bilhões, que corresponde a 4,7% do PIB. Este é um resultado positivo comparado com o mesmo período de 2021, que também registrou superávit de R\$ 75,4 bilhões (0,8% do PIB), conforme o gráfico 1.5. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo governo federal, que registrou superávit para os 4 meses deste ano, assim como os governos estaduais. Apesar disso, o pagamento de juros nominais no período foi da ordem de R\$ 154,4 bilhões, portanto, aumento em relação a 2021 (R\$ 113,4 bilhões).



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por sua vez, ficou em 57,9% do PIB, o que representa uma redução de 1,5 p.p. em comparação com abril de 2021, mas em relação a 2019 permanece em alta de 4,9 p.p. Essa redução em relação ao ano anterior é reflexo do superávit primário destacado acima na NFSP. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), também apresentou alívio em relação a 2021, passando de 85% do PIB para 78,3%, queda expressiva de 6,7 p.p. e próximo ao patamar de 77,1% registrado em 2019. Esse alívio, no entanto, não significa que a dívida está reduzindo, pois pode ser explicado pelo crescimento de 15,2% do PIB entre 2022 e 2021 (tabela 1.2), portanto, superior ao crescimento de 12,3% e 6,1% do estoque da DLSP e da DBGG, respectivamente.

Analisando o perfil da dívida, observa-se que durante a pandemia houve crescimento na participação de títulos de curto prazo, e queda naqueles com vencimento mais longo, com exceção dos títulos com vencimento acima de 20 anos, que apresentaram crescimento. Essa mudança no prazo de vencimento da dívida, coincide com o aumento na participação dos títulos indexados à SELIC e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — dado que são variáveis macroeconômicas que acompanham as flutuações da economia e, portanto, garantem maior segurança aos investidores, tendem a crescer em períodos de maior instabilidade —, em que ambos indicadores estão em trajetória de crescimento, e uma redução nos títulos pré-fixados. O perfil da dívida permanece com predominância dos títulos com vencimento em prazos curtos, especialmente em 12 meses, apesar de pequena desaceleração em 2022, e entre 1 e 3 anos (gráfico 1.7). Além disso, após redução na participação dos títulos com prazo mais longo, especialmente acima de 20 anos, desde 2021 observa-se recomposição desses títulos. Em relação à indexação da dívida, entre janeiro e abril de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, os títulos indexados ao IPCA seguem crescendo (24%), os atrelados à SELIC se mantiveram estáveis em patamar elevado de 46,1%, e a parcela dos pré-fixados recuou.

No que tange ao setor externo, os dados referentes ao Balanço de Pagamentos (BP), que são regularmente divulgados pelo Banco Central (BACEN), estão atualizados até o mês de fevereiro de 2022 devido à greve dos servidores desta autarquia. Portanto, nossa análise do BP será com base no acumulado até fevereiro de 2022, comparando com o mesmo período em 2021 (tabela 1.3). O saldo da balança comercial, responsável por registrar a diferença entre exportações e importações de bens intangíveis, nesse período foi positivo, somando US\$ 2,08 bilhões, sendo que para o mesmo período de 2021 houve déficit de US\$ 2,98 bilhões. Já a balança de serviços, que registra as transações de bens tangíveis entre residentes e não-residentes, no acumulado até fevereiro, tanto de 2022 quanto de 2021, foi deficitária em US\$ 3,27 e US\$ 2,41 bilhões, respectivamente. Fechando as transações correntes, a balança de renda primária, que registra o pagamento e recebimento de juros, lucros e outras formas de remuneração de fatores de produção, no acumulado de fevereiro de 2021 era deficitária em US\$ 7,5



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

bilhões e no mesmo período de 2022 o déficit se ampliou para US\$ 9,82 bilhões, sendo uma variação de 30,9%. Já a renda secundária, que registra transferências unilaterais de mercadorias e recursos, teve um saldo positivo de 534 milhões de dólares no acumulado até fevereiro de 2022, valor menor que no mesmo período do ano de 2021, que houve superávit de 573 milhões de dólares. O saldo de Transações Correntes fechou o acumulado de 2022 com déficit de US\$ 10,48 bilhões, valor menor que em 2021 para o mesmo recorte de tempo, quando o déficit foi de US\$ 12,31 bilhões, representando uma variação de 14,86% de um ano para o outro.

Outro balanço de importante análise referente ao Balanço de Pagamentos é a Conta Financeira, responsável por registrar a entrada e saída de dólares da economia brasileira. O balanço da Conta Financeira possui especificidades que o difere de outros balanços do BP, a entrada de dólares, por exemplo, é registrada com sinal negativo, e a saída de dólares é lançada com sinal positivo. Nesse contexto, o saldo da Conta Financeira, no acumulado de janeiro e fevereiro de 2022, foi de US\$ 11,58 bilhões negativos, o que representa uma entrada de dólares na economia nacional. O resultado para o mesmo período do ano de 2021 tinha sido de US\$ 12,72 bilhões negativos, sendo uma entrada de dólares maior que em 2022.

Além disso, o resultado do Investimento Direto em 2022 foi de US\$ 12,12 bilhões captados, frente US\$ 8,06 bilhões registrados em 2021. Já o Investimento Direto no País, em 2022 foi US\$ 16,55 bilhões, contra US\$ 12,31 bilhões em 2021, uma variação de 34,42%. Já o Investimento Direto no Exterior foi de US\$ 4,43 bilhões, contra US\$ 4,26 bilhões em 2021.

Em relação aos principais destinos e origens das importações e exportações, não houve uma alteração significativa na classificação dos principais parceiros. No acumulado de janeiro a junho de 2022, segundo dados retirados do Comex Stat, os principais parceiros econômicos do Brasil são China e Estados Unidos, na qual os dois sozinhos representam 40.84% das importações e 39.46% das exportações. Em relação ao mesmo período de 2021, ocorreu uma variação positiva nas exportações de 20,5%, enquanto nas importações a variação também positiva ficou na casa dos 30,9%. A Análise dos dados do período, também nos mostram uma alta concentração entre os dez primeiros do ranking, sendo que nas importações estes representam um total de 64,69%, em relação ao total, e nas exportações, 61,23% em relação ao mesmo. Importante frisar também, que entre esses principais parceiros, apenas a Argentina faz parte do MERCOSUL, demonstrando uma fraca interação com os países vizinhos ao Brasil.

Na ótica das relações entre os países, podemos fazer algumas conclusões ao observarmos os produtos que nela participam. Na importação, o domínio está nos produtos que fazem parte da indústria de transformação, na qual representam 87,89% do total, enquanto a indústria extrativa 9,06% e a Agropecuária 2,18% do total. Em relação às exportações, a indústria de transformação também lidera, com 52,78% em



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

relação ao total, seguido pela agropecuária com 24,57% e a indústria extrativa com 22,21%. O produto mais importado, adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos), representaram 9,88% do total de importações, enquanto a soja lidera como produto mais exportado, representando 18,58% do total de exportações. Percebe-se que mesmo a indústria de transformação sendo a área predominante nas exportações brasileiras, a soja, que faz parte do setor do Agronegócio é quem lidera, demonstrando o quão significativo é esse produto para a economia do Brasil. Também é importante frisar que a indústria da transformação na exportação é de bens de baixo conteúdo tecnológico e associados a agropecuária e indústria extrativa, enquanto que a importação é principalmente de bens com maior conteúdo tecnológico, além de combustíveis e insumos.

Portanto, apesar dos números positivos da economia brasileira, o crescimento econômico ainda não deu sinais que se manterá no longo prazo, ademais, ainda temos uma base de comparação pouco realista. A maior parte dos dados apresentados nesses três planos da economia mostram uma recuperação que tem como base o ano de 2021, debilitado economicamente por consequência dos impactos da pandemia de Covid-19. Assim, ainda é cedo para falarmos de crescimento sustentável, ou na linguagem adotada por técnicos do governo, de um crescimento em “V” mais prolongado.



2. Política Monetária e Inflação

O arrefecimento da pandemia do SARS-CoV-2, ocasionado pelo avanço da vacinação em massa em escala global, trouxe consigo um cenário de otimismo para a economia mundial. O fantasma da pandemia ainda nos assombra, contudo, e acontecimentos como a Guerra na Ucrânia trouxeram instabilidades para uma conjuntura já fragilizada. O aumento contínuo da inflação no Brasil reflete esse panorama. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, alcançou patamares recordes desde a estabilização proporcionada pelo Plano Real, a partir de 1996, chegando a atingir 11,98% no acumulado em 12 meses até junho deste ano (gráfico 2.27). Quando analisamos a cesta de bens calculada, os itens com maiores aumentos de preços foram os combustíveis e os alimentos, que têm o maior peso nos gastos das famílias.

O IPCA é a base do regime de metas de inflação brasileira, metas essas que não têm sido cumpridas, como o Banco Central (BC)¹ anunciou no final do mês de junho no relatório trimestral de inflação. Essas metas não foram cumpridas nos últimos dois anos, sendo que, para 2022, ela foi estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,5% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Simultaneamente a isso, as tentativas de controlar o nível de preços se traduzem em sucessivas elevações da taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, que, em tese, influencia as demais taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras. Atualmente, a meta para a taxa definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) se encontra em 13,25%, maior patamar desde o início da pandemia (gráfico 2.25). No final do ano de 2020, ano de início da emergência sanitária, a taxa chegou a seu mínimo histórico de 2%. Esse cenário de sucessivas elevações da taxa básica contribui com o aumento do endividamento familiar no Brasil, que cresceu, desde o começo da pandemia até o final de 2021, em 10,5 p.p., ficando em 52,6% da renda das famílias (gráfico 2.31).

Outro indicador relevante para a análise da política monetária é o comportamento do saldo total do crédito. No ano de 2021, esse indicador cresceu 16,32% enquanto que em 2020 houve variação positiva de 15,48%. O saldo total de crédito para pessoa física (PF) ampliou 20,97% em 2021, um aumento de 9,91% em relação a 2020. O saldo total do crédito para pessoa jurídica (PJ) recuou em 11,14% em 2021. Na modalidade de recursos livres para PF, em que as taxas de juros são livremente acordadas entre as instituições financeiras e mutuários, ocorreu uma elevação de 12,43% no saldo total do crédito em 2021. Superior em relação ao ano de 2020, no qual o aumento foi de 10,57%. Neste particular, destaca-se a contribuição do crédito pessoal, responsável por quase metade do saldo total de crédito em 2021, que ampliou 21,67%. Acerca do saldo total do crédito com recursos livres, para Pessoas Jurídicas (PJ), foi observado uma contração de 3,58% em 2021, em comparação a 2020. Assim como observado nos recursos livres para Pessoa Física, na modalidade de recursos direcionados, o saldo total de crédito também presenciou um aumento em 2021, com uma variação de 6,85%.

¹ Devido à greve dos servidores do Banco Central vigente do mês de abril a julho deste ano, a disponibilização de alguns dados da seção de Estatísticas Monetárias e de Crédito da entidade foi limitada e, por consequência, o recorte temporal de algumas análises contidas neste boletim também foi limitado.



Política Monetária e Inflação

Dentre as categorias, destaca-se o total do crédito rural para PF, com um aumento 34,99% em 2021, superior ao ocorrido em 2020, em que houve uma elevação de apenas 6,7%. Já o saldo total com recursos direcionados, para PJ, houve uma elevação de apenas 0,5% no mesmo período de 2021, em função do decréscimo do total do crédito para financiamento imobiliário (-2,7%) e concedido pelo BNDES (-2,8%). Isso representa uma diminuição de 10,5 p.p em relação a 2020.

Outra variável importante na análise da política monetária é o comportamento da taxa média de juros das contratações de crédito, que apresentou trajetória crescente e fechou 2021 em 24,3%. Em relação à taxa de captação, percebe-se que houve um aumento, de maneira que em dezembro de 2021 representava o dobro do que era no início do ano. O que significou uma elevação do custo de captação do crédito pelos bancos. Já o spread bancário oscilou durante o ano e fechou o intervalo em 15,7 pontos percentuais.

Diante do exposto, é possível concluir que o comportamento dos indicadores de política monetária e inflação acima analisados apontam tanto para um aumento do custo de vida da população, quanto para um cenário econômico marcado por grandes incertezas e instabilidade no mercado. Haja vista esse cenário, é difícil vislumbrar um otimismo mesmo com o arrefecimento da pandemia, e a persistência das dificuldades para o país alcançar um crescimento sustentável marcam o ano vigente.



3. Empregos e Salários

Durante o 1º trimestre de 2021, a tendência de queda da população Fora da Força de Trabalho (FFT) e de aumento da população na Força de Trabalho (FT) se manteve. Isso se relaciona, sobretudo, ao retorno da população ao mercado de trabalho, dada a redução nas restrições necessárias para conter a pandemia e o fim do auxílio emergencial. O nível da FT voltou ao patamar pré-pandemia, com aproximadamente 107 milhões de pessoas (gráfico 3.1) no 1º trimestre de 2022. Nesse mesmo período, a população FFT totalizou 65 milhões de pessoas, com crescimento de 6,5% em relação ao 1º trimestre de 2019. Isso pode indicar que há um crescimento da população em idade de trabalhar, decorrente do crescimento da população total, que não está sendo absorvida pelo mercado de trabalho.

A partir do 2º trimestre de 2021, a taxa de desocupação iniciou movimento de queda, chegando ao 1º trimestre de 2022 em 11,1%, mesmo patamar do 4º trimestre de 2019 (gráfico 3.3). Entretanto, esta ainda é uma taxa elevada, com quase 12 milhões de pessoas. Além disso, no 1º trimestre de 2022 houve crescimento das ocupações em relação ao mesmo período de 2019. Estes fatos reforçam a percepção de que o mercado de trabalho retornou ao patamar pré-pandemia. No entanto, deve-se analisar a qualidade dessas ocupações que vêm puxando a retomada do mercado de trabalho.

Nesse sentido, ao analisar a taxa de informalidade ampla² (gráfico 3.6), nota-se que a partir do 2º trimestre de 2021 ela passou a apresentar tendência de elevação e, por consequência, redução na taxa de formalidade. Isto é, a retomada do mercado de trabalho, com o crescimento das ocupações, foi conduzida, sobretudo, pela informalidade. Entre o 4º trimestre de 2021 (51,3%) e o 1º trimestre de 2022 (50,4%), mesmo que a taxa de informalidade tenha apresentado uma queda moderada de 0,8 p.p., o patamar se manteve acima de 50% e superior ao 1º trimestre de 2019 (49,2%). O trabalho informal foi a alternativa que muitos encontraram para manter algum rendimento após o pior momento da pandemia, o que evitou um aumento mais expressivo na taxa de desocupação. Este aumento da informalidade, entre o 1º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2022, foi puxado, sobretudo, pelo aumento nos trabalhadores por conta-própria (7,7%) e dos trabalhadores do setor privado sem carteira (6,5%) (tabela 3.1). Em termos absolutos, esse aumento foi da ordem de 1,8 milhões de pessoas na condição de conta-própria e de 750 mil trabalhadores do setor privado sem carteira.

A taxa de subutilização vem apresentando queda substantiva desde o 2º trimestre de 2021 (gráfico 3.5), refletindo a redução na desocupação e na subocupação. No 1º trimestre de 2022, o indicador foi de 23,2%, o que apesar de ser inferior à taxa do mesmo período de 2019 (25%), se manteve em patamar elevado. Assim, a redução na população subutilizada reforça o movimento geral que vem sendo mostrado pelos dados: o retorno ao nível pré-pandemia.

A partir disso, percebe-se que as ocupações que estão sendo criadas são aquelas de maior fragilidade. Esses fatos se refletem na queda do rendimento médio real, que se

² A informalidade ampla engloba trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores familiares auxiliares e conta-própria, com e sem CNPJ.



intensificou ao longo de 2021 (gráfico 3.7). O retorno gradual dos informais (que são pior remunerados) e o recrudescimento da inflação (conforme discutido na seção 2) ajudam a explicar essa tendência. No 1º trimestre de 2022, o rendimento real teve pequeno aumento, passando de R\$ 2.510 no 4º trimestre de 2021, para R\$ 2.548 no 1º trimestre de 2022, justamente quando a informalidade apresentou uma leve redução. Contudo, esse rendimento é R\$200 inferior ao de 2019, mostrando uma perda do rendimento real, sobretudo para informais, mas que também atinge os formais. Na comparação entre os 1ºs trimestres de 2021 e 2022 a queda é ainda mais acentuada, de R\$241. Além disso, o rendimento real no 4º trimestre de 2021 foi o menor de toda série histórica.

Dessa forma, os dados para o mercado de trabalho, no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2019, mostram que o mercado de trabalho retornou ao nível pré-pandemia. Contudo, em termos qualitativos há uma mudança substancial, em que predominam ocupações de maior fragilidade e insegurança, caracterizadas por baixa remuneração, dada a predominância de postos de trabalho informais. Além disso, há permanência das disparidades entre homens e mulheres, e brancos e negros, em todos os indicadores, sendo as mulheres negras as mais afetadas.

BOX 3.1 – MICRODADOS DA PNAD CONTÍNUA: CRUZAMENTO SEXO E RAÇA/COR

Ao analisar os dados por condição de sexo e raça/cor¹ nota-se que a situação no mercado de trabalho difere entre estes segmentos da população. Para o 1º tri de 2022, ao analisar os microdados² da PNAD Contínua (tabela 3.2), percebe-se que a taxa de desocupação entre homens (9,1%) e mulheres (13,7%) apresenta uma configuração histórica de desigualdade e maior incidência entre as mulheres. Além disso, analisando este indicador a partir dos cruzamentos de raça/cor e sexo, nota-se que para as mulheres negras a taxa de desocupação apresenta um resultado muito superior ao de homens brancos, sendo de 16,3% e 7,4%, respectivamente. Ou seja, enquanto o número de homens brancos se encontra abaixo da média nacional, as mulheres negras são as que mais sofrem com a ausência de uma ocupação.

Em relação à subutilização, as mulheres negras também foram as mais afetadas, com índice de 34,3%, muito acima da média nacional. Para homens brancos, em contrapartida, a taxa foi de 14,1%. A taxa de informalidade, por sua vez, manteve disparidade menor entre os sexos, sendo a diferença mais evidente entre brancos e negros: homens negros (54,5%) e mulheres negras (52,5%) possuem taxa acima da média nacional (50,4%), enquanto os homens brancos (47,9%) e as mulheres brancas (44,5%) apresentam taxas abaixo da média nacional.

Em relação ao rendimento médio real, este foi menor para mulheres do que para homens, com as mulheres negras recebendo o menor valor (R\$ 1.664), sendo que, em comparação, o rendimento médio de homens brancos (R\$ 3.562) foi mais do que o dobro (tabela 3.2). Observa-se, também, que os homens negros (R\$ 2.101) estão em situação mais desfavorável do que as mulheres brancas (R\$ 2.678) no quesito rendimento médio real. Dessa forma, observa-se que o recorte por raça/cor possui disparidades maiores mesmo após o cruzamento por sexo e raça/cor, sendo que os homens brancos estão sempre em melhores condições, seguidos pelas mulheres brancas, e tendo homens negros e mulheres negras, respectivamente, na base.

¹ A categoria “negros” corresponde a soma de pretos e pardos, divulgados separadamente pela PNAD-C.

² “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa”. (IBGE). Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 14 maio 2022. Neste boletim foram utilizados somente os microdados para os indicadores por condição de sexo e raça/cor referentes ao 1º tri de 2022.



4. Mundo e Brasil: uma recessão batendo às portas

Fabício Augusto de Oliveira³

Depois de crescer 6,1% em 2021, recuperando-se do tombo de 3,1%, em 2020, como resultado dos efeitos deletérios provocados pelo novo coronavírus, o SARS-Cov-2, a economia mundial parecia em condições de retornar à normalidade e ingressar numa nova fase de maior crescimento. Projeções feitas, em janeiro de 2022, pelo FMI, Banco Mundial e OCDE, confirmavam as expectativas mais favoráveis sobre o seu desempenho para este ano, todas situando a expansão do PIB acima de 4%. Em junho, no entanto, essas projeções já haviam caído para 3,6% para o FMI, 2,9% para o Banco Mundial e para 3% para a OCDE, embora, na opinião de muitos economistas, ainda continuassem extremamente otimistas, considerando mais provável que uma recessão global esteja batendo às portas do mundo, podendo chegar com força no final deste ano ou, com um grau muito elevado de certeza, em 2023.

Pelo menos quatro fatores explicam esse maior pessimismo a respeito da economia mundial. O primeiro, a resiliência do novo coronavírus que, na forma de novas variantes, continua impondo novos confinamentos da população, especialmente na China, um dos motores mais importantes da economia. O segundo, a persistência do processo inflacionário que se acelerou em 2021 com a retomada do crescimento econômico, num quadro de desorganização das cadeias produtivas e do abastecimento dos mercados da produção de suprimentos globais, notadamente de *commodities*, alimentos e combustíveis. O terceiro, o início da guerra Rússia-Ucrânia, no dia 24 de fevereiro, que agravou essa questão e imprimiu nova aceleração dos preços destes suprimentos. O quarto, à reação dos bancos centrais do mundo que, para conter o avanço dessa alta de preços, deram início a expressivas elevações das taxas de juros para derrubar a demanda e reverter este processo.

Os números da inflação em vários países até o mês de maio de 2022 não deixam dúvidas sobre essa tendência. Num ranking de 28 países compilado pela *Austin Rating*, a inflação acumulada em 12 meses havia chegado a 8,6% nos Estados Unidos, 9% no Reino Unido, 5,2% na França. Nas economias emergentes, o Brasil, com 11,7%, estava à frente não somente desses países, mas também de seus pares, como a Índia (7,8%), México (7,8%), África do Sul (5,9%) e Indonésia (3,6%). Apenas economias com graves crises inflacionárias, como a Turquia, com um nível de 73,5%, a Argentina, 58%, e a Rússia, com 17,2%, apareciam em situação pior à do Brasil.

Essa aceleração do nível de preços desencadeou, por parte de diversos países, seguindo o receituário ortodoxo, uma expressiva elevação das taxas de juros no mundo. Os países da América Latina partiram na frente deste processo, com destaque para o Brasil, que aumentou a Selic de 2% em março de 2021 para 9,25% em dezembro e para 13,25% em junho de 2022. O Reino Unido veio em seguida, alçando a taxa de 0,1% em dezembro de 2021 para 1,25% em junho de 2022, com mais quatro aumentos de 0,25 pontos percentuais neste ano. Os Estados Unidos, que vinham mantendo-a entre 0% e 0,25% desde 2018, deu início a este

³ Doutor em economia pela Unicamp, membro da Plataforma de Política Social e do Grupo de Estudos de Conjuntura do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



Mundo e Brasil: uma recessão batendo às portas

movimento altista em março deste ano e, com mais dois reajustes, empurrou-a para o intervalo de 1,5% a 1,75%, sinalizando sua elevação para 3,4% até o final do ano, dando um ponto final à era do dinheiro barato. Na mesma linha, têm seguido os bancos centrais da Europa, como a Hungria e a Suíça. E, com uma inflação acumulada de 8,1% nos últimos doze meses, a expectativa é a de que os países da Zona do Euro passem, também, a desfilar na mesma avenida.

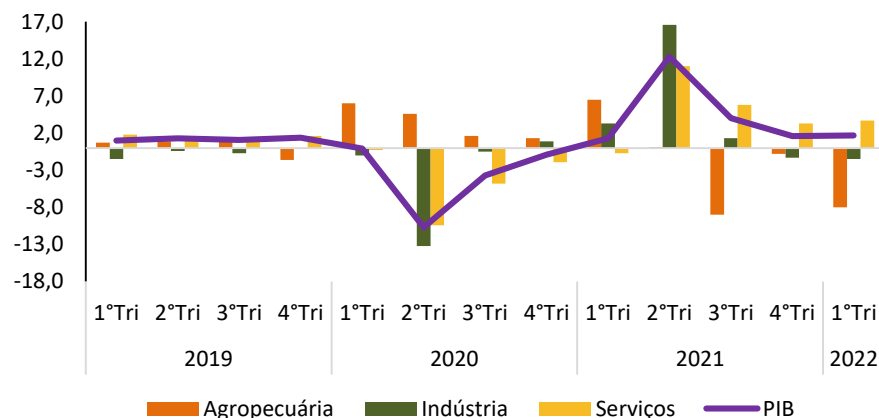
O que complica ainda mais este quadro é o fato de que, devido à necessidade de salvar a economia e vidas humanas com a pandemia da Covid-19 e também pelos efeitos da guerra Rússia-Ucrânia, os Estados, de maneira geral, destroçaram seus orçamentos, gerando elevados déficits nominais e níveis muito elevado de endividamento. O que significa que, na perspectiva do pensamento econômico do *mainstream*, estão cada vez mais impossibilitados de suprir a ausência do setor privado para dar força ao crescimento econômico pelo maior desarranjo que pode ser provocado em suas finanças com essa iniciativa. Ou seja, não há, à vista, nenhum fator que poderia dar algum alento à atividade produtiva, tornando a recessão uma realidade cada vez mais concreta.

No Brasil, o ministério da Economia, ainda com o otimismo enganador de Paulo Guedes, vem mantendo a projeção de crescimento do PIB em 2% para este ano e para 2,5% nos anos seguintes. Já o mercado, um pouco menos otimista, estima-a em 1,59% e ainda menos para os próximos anos, prevendo que o crescimento não passará de 0,5% em 2023, 1,8% em 2024 e 2% em 2025, o que é muito pouco para um país que parou de crescer desde 2015. Já a OCDE reduziu, na revisão que fez em junho sobre o crescimento do mundo, a previsão anterior de que o Brasil cresceria 1,4% para apenas 0,6% neste ano. Ou seja, mesmo na melhor das projeções, a situação se afigura dramática para o país.

Há pelo menos mais dois fatores que podem complicar ainda mais a situação do Brasil não somente neste ano, mas também nos anos seguintes. O primeiro, as eleições no final do ano, que vêm sendo atropeladas com ameaças de golpe pelo presidente da República, com o apoio de alguns militares, criando um cenário de incertezas sobre os seus resultados e um clima de instabilidade para os investidores. O segundo, a orgia orçamentária a que vem sendo submetido o Estado brasileiro com o uso irresponsável da política fiscal para o atual presidente garantir sua vitória nas eleições e também o *orçamento secreto*, uma excrescência inconstitucional, que devem desorganizar ainda mais as contas públicas e exigir severos ajustes nos próximos anos, limitando as iniciativas de retomada do crescimento econômico. Este parece, assim, um objetivo cada mais distante para retirar o país da situação dramática de recessão/estagnação em que se encontra desde 2015.

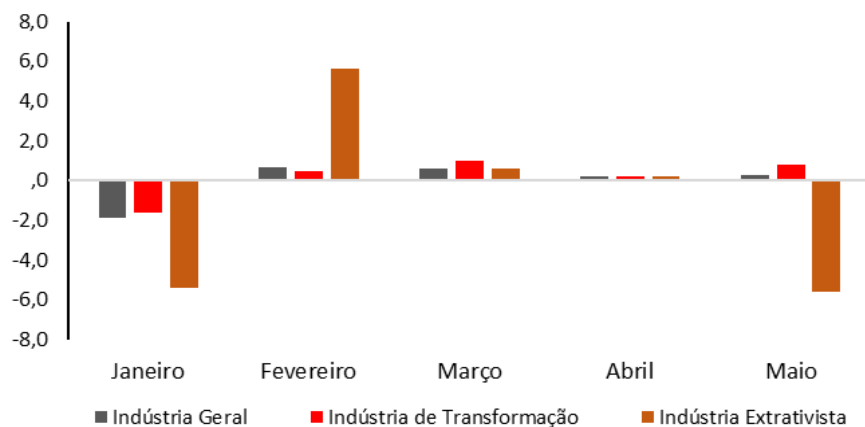
Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Gráfico 1.1: Crescimento do PIB, Agropecuária, Indústria e Serviços (Brasil, em %)



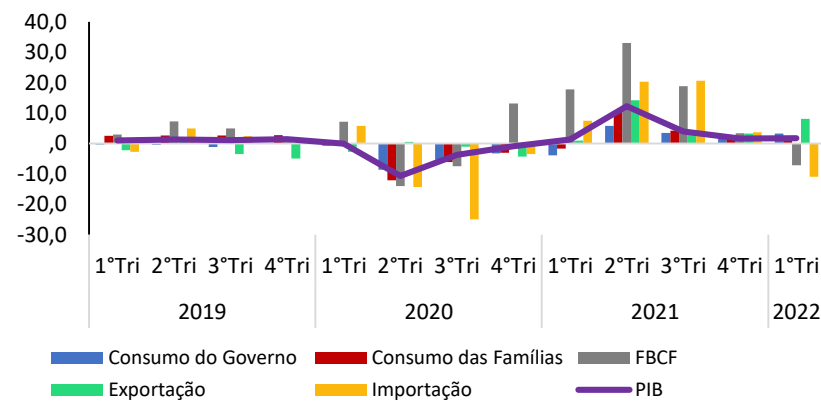
Fonte: SCTN/IBGE - Elaboração própria

Gráfico 1.3: Crescimento da Indústria Geral, de Transformação e Extrativista (Brasil, em %)



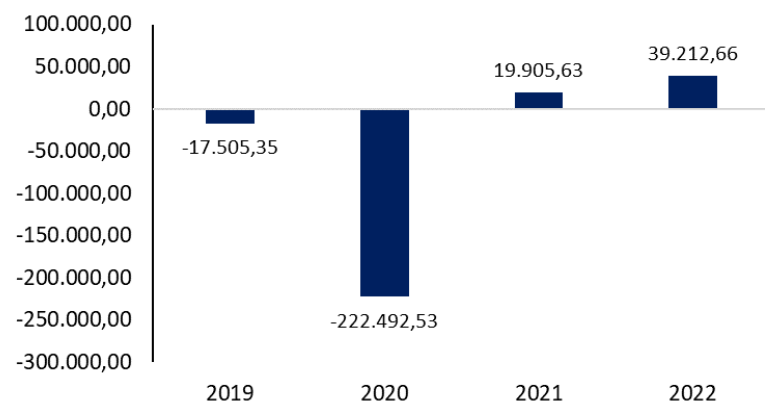
Fonte: PIM-PF/IBGE - Elaboração própria

Gráfico 1.2: Crescimento do PIB, FBCF, Consumo do Governo e das Famílias (Brasil, em %)



Fonte: SCTN/IBGE - Elaboração própria

Gráfico 1.4: Resultado Primário do Governo Central - Jan/Abr (Brasil, em milhões)

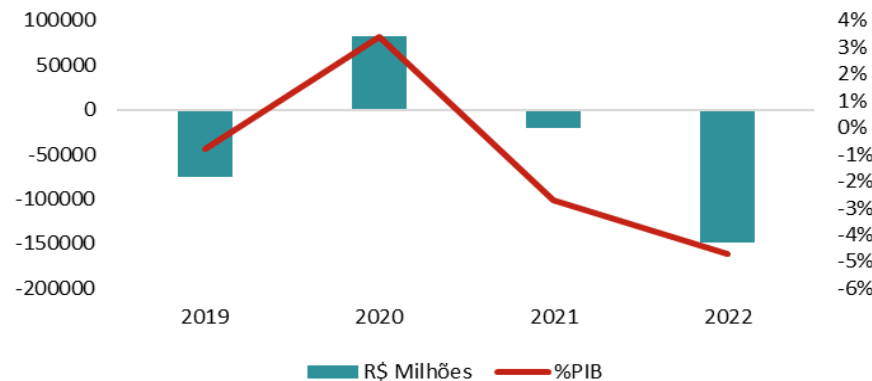


Fonte: Tesouro Transparente/Elaboração própria



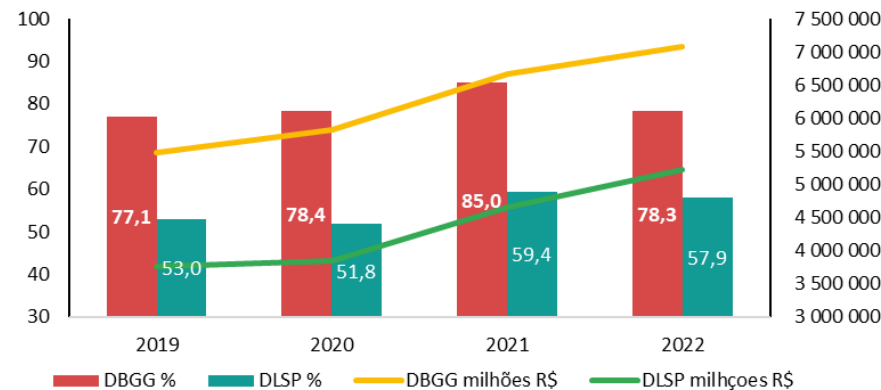
Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Gráfico 1.5: Necessidade de Financiamento do Setor Público Consolidado - Jan/Abr (Brasil, em milhões)



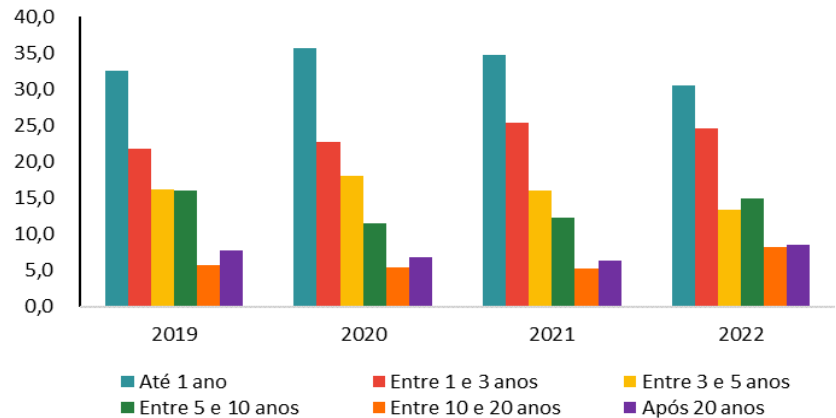
Fonte: Banco Central/Elaboração própria

Gráfico 1.6: Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) - Jan/Abr (Brasil)



Fonte: Banco Central/Elaboração própria

Gráfico 1.7: Prazo de Vencimento da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) - Jan/Abr (Brasil, em %)



Fonte: Banco Central/Elaboração própria



Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.1: Dívida Bruta do Governo geral e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (R\$ Milhões correntes) - Acumulado Jan/Mai

Discriminação	Jan/Mai 2019		Jan/Mai 2020		Jan/Mai 2021		Jan/Mai 2022		Var 22/21 % e p.p.	
	DBGG	DLSP	DBGG	DLSP	DBGG	DLSP	DBGG	DLSP	DBGG	DLSP
R\$ Milhões	5 479 643	3 769 699	5 817 892	3 845 300	6 665 275	4 655 456	7 075 133	5 227 618	6,1%	12,3%
PIB	77,1	53,0	78,4	51,8	85,0	59,4	78,3	57,9	-6,7	-1,5
INDEXAÇÃO em %										
IPCA	18,6	26,7	17,5	26,5	19,9	28,6	24,0	32,8	4,1	4,2
SELIC	50,7	75,9	50,8	82,8	46,1	68,9	46,1	63,6	0,0	-5,3
Pré-fixado	21,3	30,6	20,6	30,9	24,4	34,8	21,3	28,8	-3,1	-6,0
PRAZO em %										
Até 1 ano	32,5	13,7	35,7	12,7	34,8	14,7	30,5	11,1	-4,3	-3,6
Entre 1 e 3 anos	21,8	32,1	22,7	33,5	25,3	35,1	24,6	32,9	-0,7	-2,3
Entre 3 e 5 anos	16,2	19,1	18,0	23,1	16,1	18,9	13,3	14,1	-2,8	-4,9
Entre 5 e 10 anos	16,0	22,4	11,4	16,7	12,3	17,0	14,8	19,7	2,5	2,7
Entre 10 e 20 anos	5,7	5,7	5,4	6,5	5,2	6,7	8,3	10,6	3,0	3,9
Após 20 anos	7,8	7,0	6,7	7,6	6,3	7,6	8,5	11,7	2,2	4,1
PIB	7 108 696		7 419 733		7 842 633		9 035 083		15,2	

Fonte: Banco Central - Elaboração própria



Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.2: Balanço de Pagamentos - Em milhões de dólares correntes (US\$)

	2020		2021		2022	% Variação Jan/Fev	
	Jan/Fev	Anual	Jan/Fev	Anual	Jan/Fev	21/20	22/21
I. Transações correntes	- 14 967	- 12 457	- 12 308	- 27 925	- 10 479	-17,8	14,9
Balança comercial (bens)	- 724	43 295	- 2 976	36 363	2 079	311,0	169,9
Exportações de bens	30 170	210 730	31 598	284 012	43 616	4,7	38,0
Importações de bens	30 894	167 435	34 574	247 648	41 537	11,9	20,1
Serviços	- 4 631	- 19 923	- 2 406	- 17 112	- 3 274	-48,0	-36,1
Renda primária	- 9 925	- 38 187	- 7 500	- 50 471	- 9 818	-24,4	-30,9
Renda Secundária	313	2 358	573	3 294	534	83,1	-6,8
II. Conta Capital	93	281	44	225	53	-52,7	20,5
III. Conta Financeira¹	- 13 959	- 10 162	- 12 720	- 33 706	- 11 585	-8,9	8,9
Investimento Direto	- 3 023	- 50 586	- 8 055	- 27 284	- 12 121	166,5	-50,5
Investimentos Diretos no exterior	2 212	- 16 419	4 259	19 157	4 431	92,5	4,0
Participação no capital	2 162	- 17 749	4 062	19 338	4 624	87,9	13,8
Operações intercompanhia	50	1 330	197	- 182	- 193	294,0	-198,0
Investimentos Diretos no País	5 235	34 167	12 314	46 441	16 552	135,2	34,4
Participação no capital	3 819	29 710	7 133	46 470	16 639	86,8	133,3
Operações intercompanhia	1 416	4 457	5 182	- 29	- 87	266,0	-101,7
Investimentos em carteira	1 655	13 503	- 6 023	- 5 694	- 6 687	-463,9	-11,0
Investimentos em carteira - Ativos	2 207	10 902	2 683	15 164	324	21,6	-87,9
Ações e cotas em fundos	2 236	11 398	2 927	14 489	471	30,9	-83,9
Títulos de dívida	- 29	- 496	- 244	675	- 146	741,4	40,2
Investimentos em carteira - Passivos	552	- 2 601	8 706	20 858	7 011	1477,2	-19,5
Ações e cotas em fundos	- 6 089	- 5 926	5 471	5 069	8 813	-189,9	61,1
Títulos de dívida	6 641	3 326	3 234	15 789	- 1 802	-51,3	-155,7
Derivativos	1 196	5 397	- 348	- 960	- 608	-129,1	-74,7
Outros investimentos - Ativos	- 5 010	4 344	- 1 827	24 527	9 508	-63,5	620,4
Outros investimentos - Passivos	10 500	- 31 412	- 314	38 261	2 761	-103,0	979,3
Ativos de reserva	1 723	- 14 232	3 219	13 967	1 084	86,8	-66,3
Erros e omissões	916	2 014	- 456	- 6 006	- 1 160	-149,8	-154,4

¹Concessões Líquidas (+) / Captações líquidas (-)

Fonte: Banco Central - Elaboração própria



Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.3 - Principais destinos e origens das exportações e importações - Jan/Jun 2022

Importação			Exportação		
País de Destino	Valor FOB (US\$)	% Em relação ao mundo todo	País de origem	Valor FOB (US\$)	% Em relação ao mundo todo
China	27 979 891 009	21,6	China	47 141 950 890	28,7
Estados Unidos	25 044 315 314	19,3	Estados Unidos	17 631 738 512	10,7
Argentina	6 157 415 214	4,7	Argentina	7 506 751 198	4,6
Alemanha	5 827 114 676	4,5	Países Baixos (Holanda)	5 767 382 116	3,5
Rússia	4 252 707 051	3,3	Espanha	4 740 325 265	2,9
Índia	3 791 754 555	2,9	Chile	4 123 586 562	2,5
Coreia do Sul	2 996 929 849	2,3	Singapura	4 109 036 124	2,5
Itália	2 768 382 011	2,1	México	3 262 641 439	2,0
Japão	2 667 611 531	2,1	Alemanha	3 216 338 013	2,0
Canadá	2 491 268 459	1,9	Coreia do Sul	3 000 247 913	1,8
Total	83 977 389 669	64,7	Total	100 499 998 032	61,2
Mundo todo	129 817 570 302	100,0	Mundo todo	164 124 459 659	100,0

Fonte: Comex Stat - Elaboração própria



Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.4: Pauta de importação e exportação Brasileira - Principais produtos segundo a CUCI¹- Jan/Jun de 2022

Importação			Exportação		
Produto - CUCI Grupo	Valor FOB (US\$)	% do total de Imp.	Produto - CUCI Grupo	Valor FOB (US\$)	% do total de exp.
Indústria de Transformação	114 098 588 290	87,9	Indústria de Transformação	86 632 445 670	52,8
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)	12 825 037 420	9,9	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	6 309 117 969	3,8
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	9 749 900 123	7,5	Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	5 624 478 241	3,4
Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	5 860 351 243	4,5	Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais	5 543 506 798	3,4
Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas	4 447 928 437	3,4	Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	4 301 415 638	2,6
Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários	3 812 899 676	2,9	Celulose	3 843 772 576	2,3
Partes e acessórios dos veículos automotivos	3 777 034 944	2,9	Açúcares e melaços	3 781 457 490	2,3
Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	3 344 795 690	2,6	Aço	3 541 560 638	2,2
Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores)	2 728 074 170	2,1	Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	3 210 349 273	2,0
Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes	2 552 236 455	2,0	Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	2 316 644 889	1,4
Outros medicamentos, incluindo veterinários	1 997 963 867	1,5	Veículos automotores de passageiros	2 291 928 538	1,4
Indústria Extrativa	11 759 793 475	9,1	Indústria Extrativa	36 452 338 205	22,2
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	4 026 212 406	3,1	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	19 301 299 494	11,8
Gás natural, liquefeito ou não	3 525 309 892	2,7	Minério de ferro e seus concentrados	15 014 807 648	9,1
Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado	3 409 527 252	2,6	Minérios de cobre e seus concentrados	1 196 592 379	0,7
Outros minérios e concentrados dos metais de base	370 221 237	0,3	Outros minerais em bruto	409 049 424	0,2
Outros minerais em bruto	138 946 635	0,1	Minérios de níquel e seus concentrados	167 756 818	0,1
Agropecuária	2 827 489 770	2,2	Agropecuária	40 324 995 074	24,6
Trigo e centeio, não moídos	1 026 683 915	0,8	Soja	30 496 522 678	18,6
Pescado inteiro vivo, morto ou refrigerado	384 921 784	0,3	Café não torrado	4 298 836 506	2,6
Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas	271 651 541	0,2	Milho não moído, exceto milho doce	1 835 760 603	1,1
Látex, borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais	235 708 957	0,2	Algodão em bruto	1 721 952 478	1,0
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	197 728 802	0,2	Trigo e centeio, não moídos	766 670 630	0,5
Outros produtos	1 131 698 767	0,9	Outros produtos	714 680 710	0,4
Mundo	129 817 570 302	100,0	Mundo	164 124 459 659	100,0

¹Classificação Uniforme para Comércio Internacional

Fonte: Comex Stat - Elaboração própria



Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.1 - Saldo Crédito Pessoa Jurídica (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)

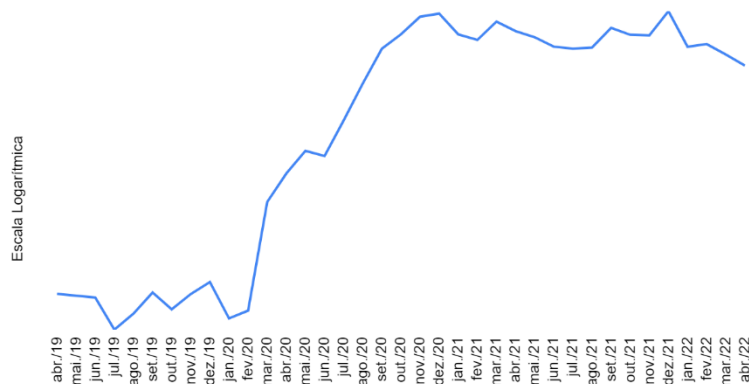


Gráfico 2.2 - Saldo Crédito Pessoa Física (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019) Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

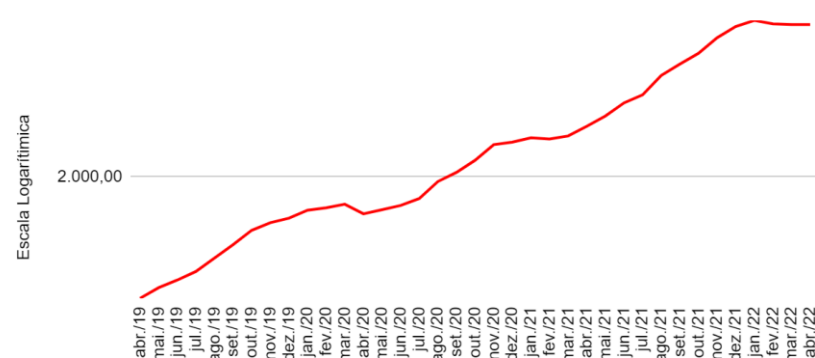


Gráfico 2.3 - Saldo Crédito Total (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019) Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

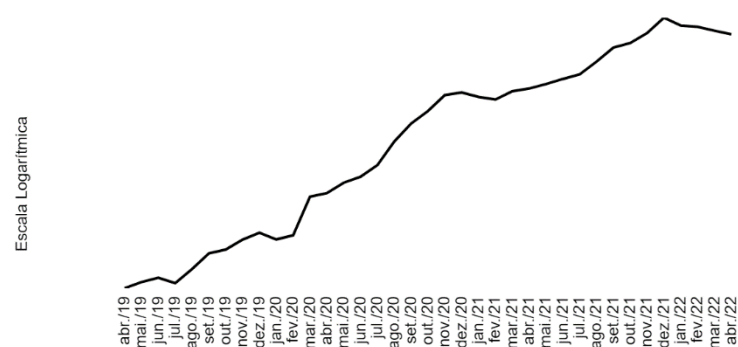
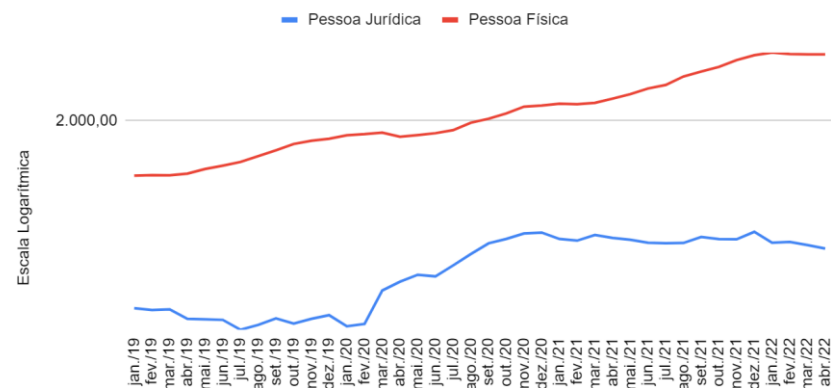


Gráfico 2.4 - Saldo Crédito: PJ x PF (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.5 - Saldo Crédito Total - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019) Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

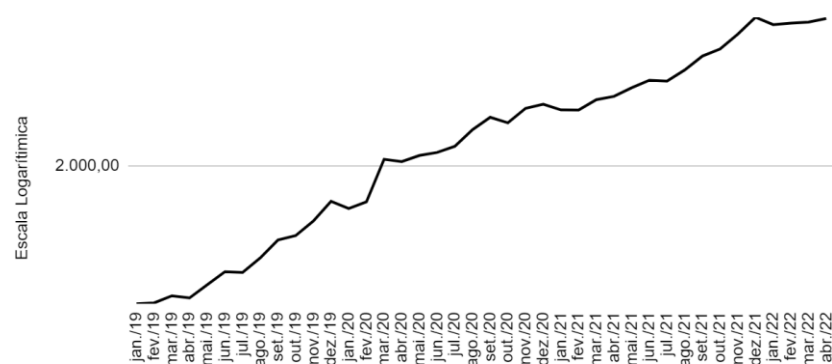


Gráfico 2.7 - Saldo Crédito Pessoa Física - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019) Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

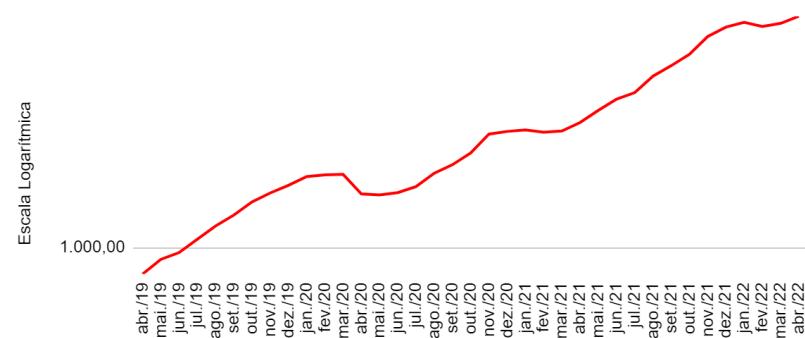


Gráfico 2.6 - Saldo Crédito Pessoa Jurídica - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019) Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

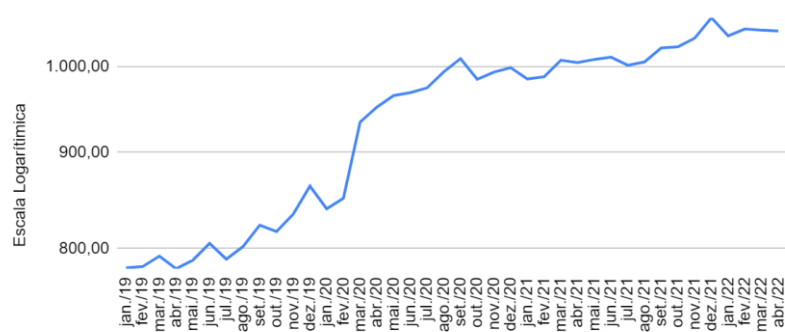
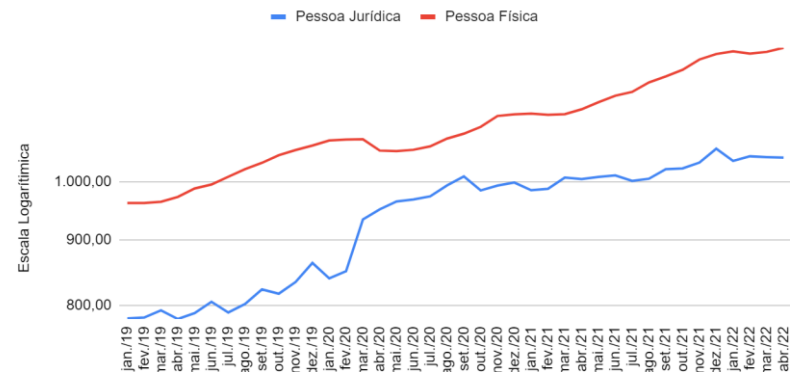


Gráfico 2.8 - Saldo Crédito PJ X PF - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.9 - Saldo Crédito Total - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)

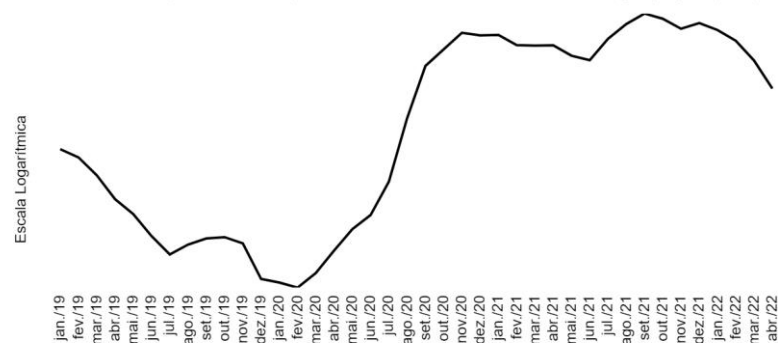


Gráfico 2.10 - Saldo Crédito PJ - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

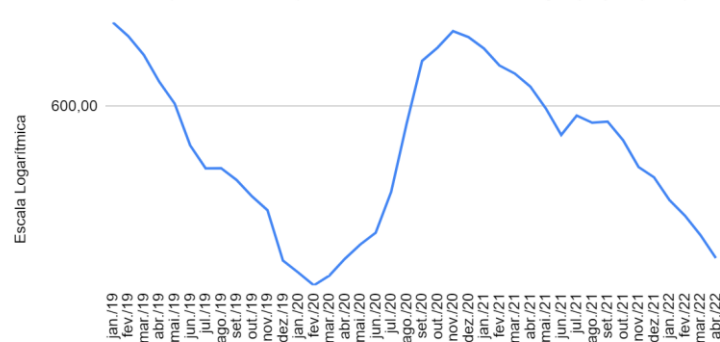


Gráfico 2.11 - Saldo Crédito PF - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

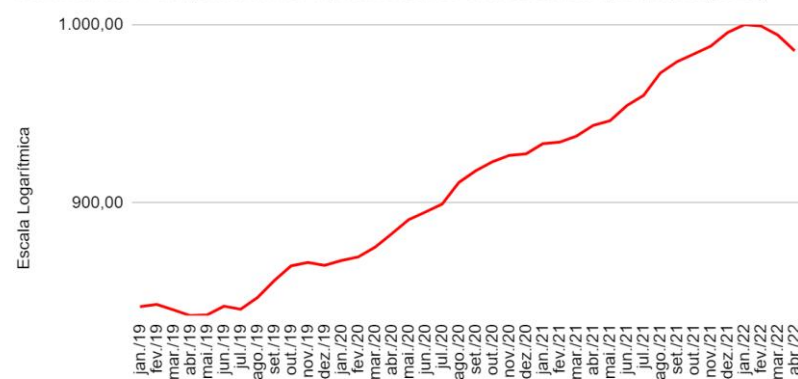
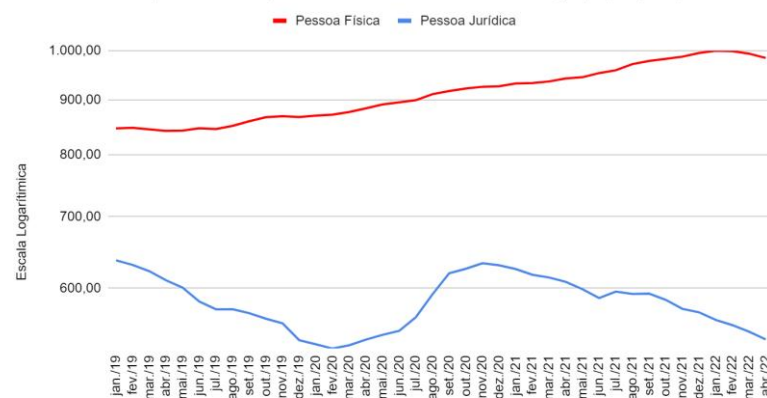


Gráfico 2.12 - Saldo Crédito: PJ x PF - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2019). Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)

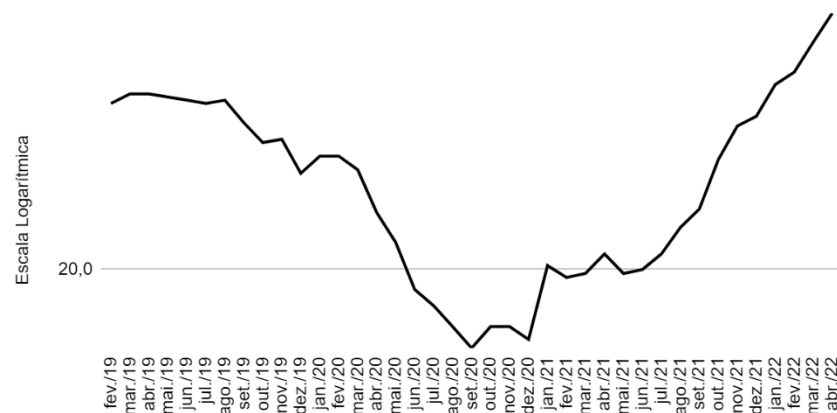




Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

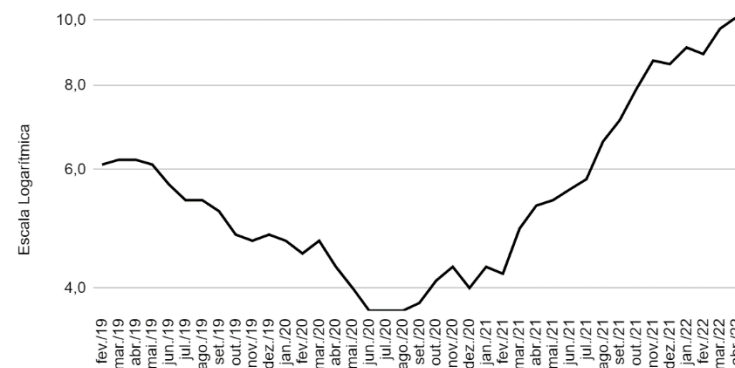
2.13 - Média da Taxa de Juros de Aplicação (%a.a)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



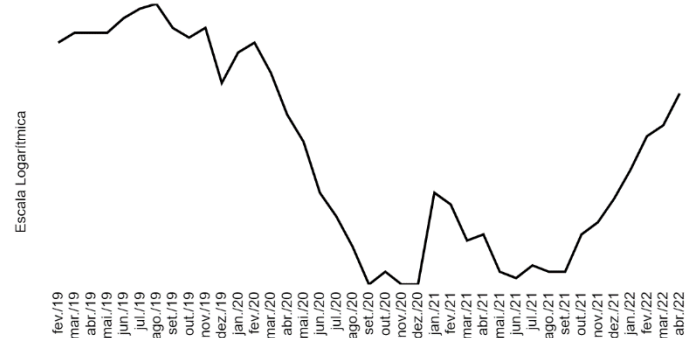
2.14 - Média da Taxa de Juros de Captação (%a.a)

Concessões de Crédito. Fonte Banco Central Brasil. Elaboração própria (2022)



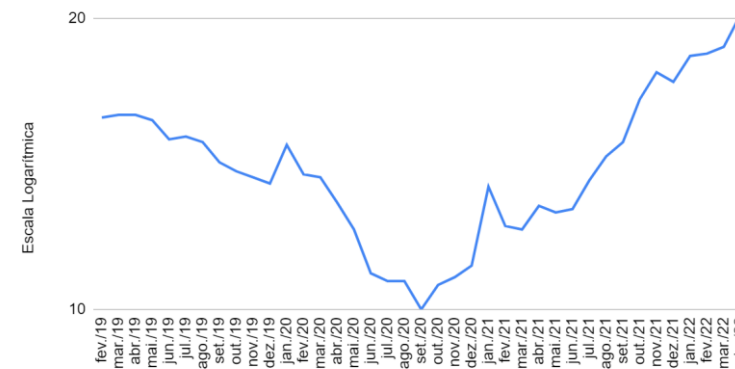
2.15 - Spread Médio (p.p)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



2.16 - Média da Taxa de Juros de Aplicação - PJ (% a.a.)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)

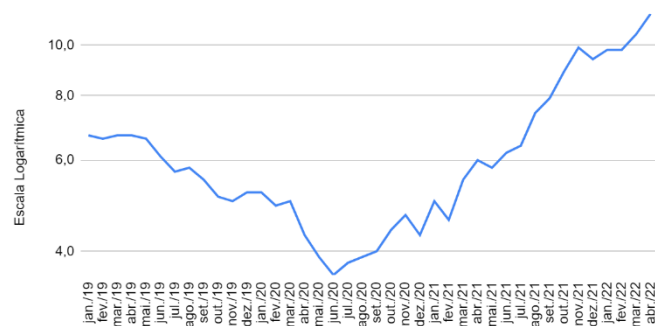




Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

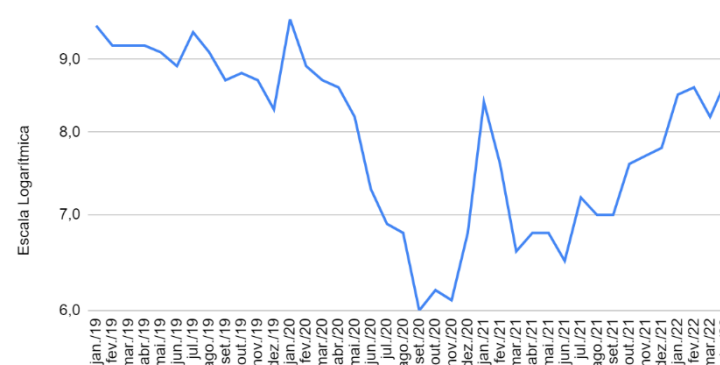
2.17 - Média da Taxa de Juros de Captação - PJ (% a.a.)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



2.18 - Spread Médio - PJ (p.p.)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



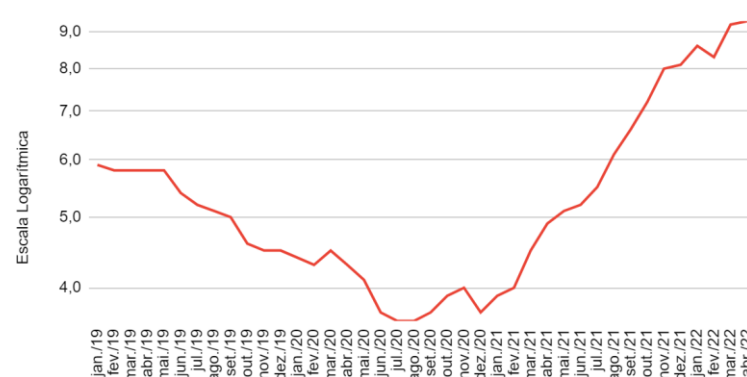
2.19 - Média da Taxa de Juros de Aplicação - PF (% a.a.)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



2.20 - Média da Taxa de Juros de Captação - PF (% a.a.)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

2.21 - Spread Médio - PF (p.p)

Fonte: Banco Central; Elaboração própria (2022)



Gráfico 2.25 - Evolução da meta para a Taxa Selic (% a.a.)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)

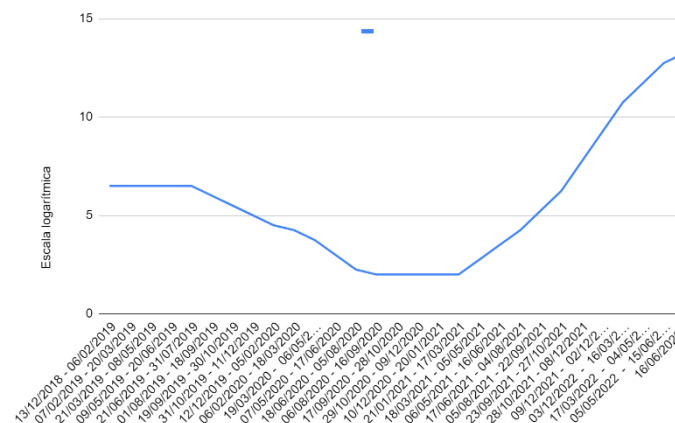
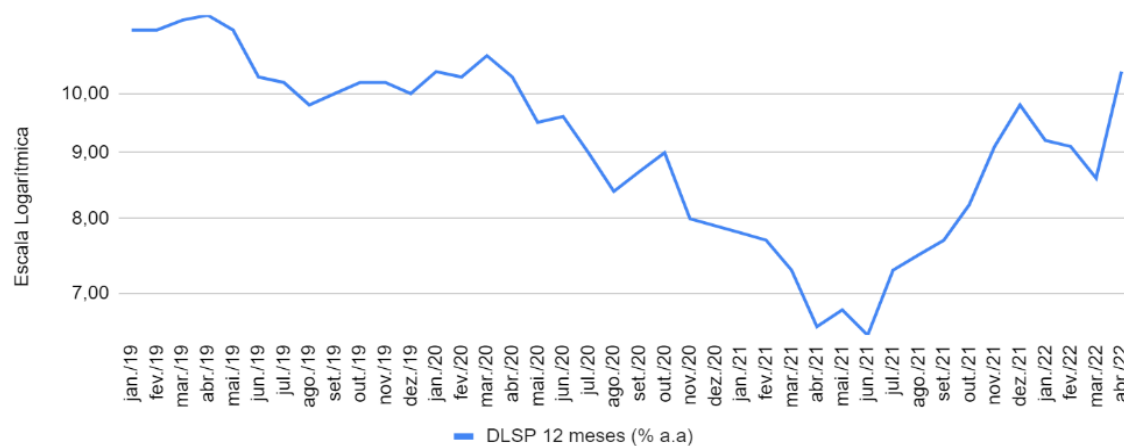


Gráfico 2.26 - Taxa de Juros Implícita - DLSP (% a.a.)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.27 IPCA Mensal (%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria (2022)

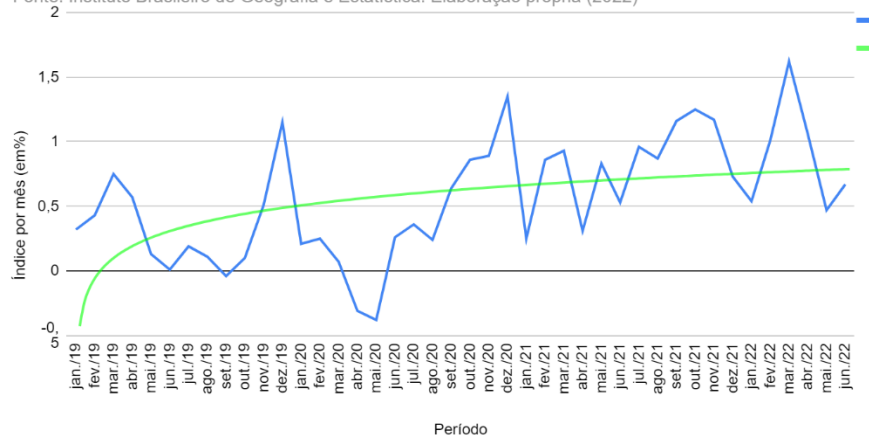


Gráfico 2.28 - IGP-M Mensal (%)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Elaboração própria (2022)

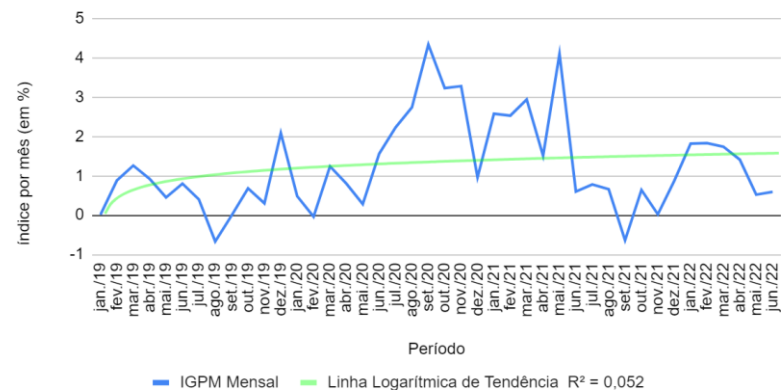


Gráfico 2.29 INPC Mensal (%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria (2022)

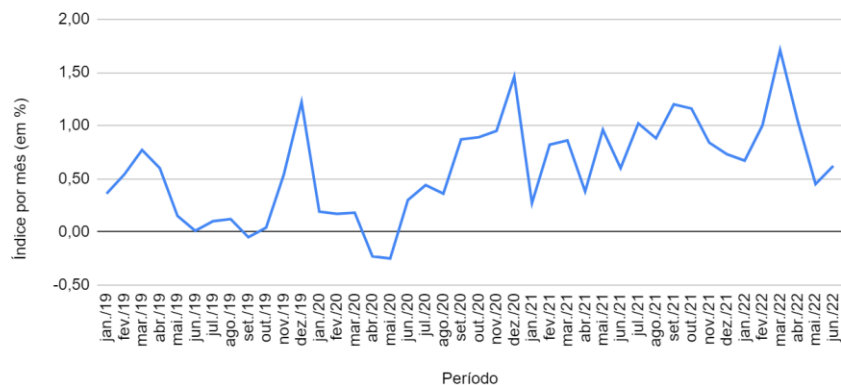
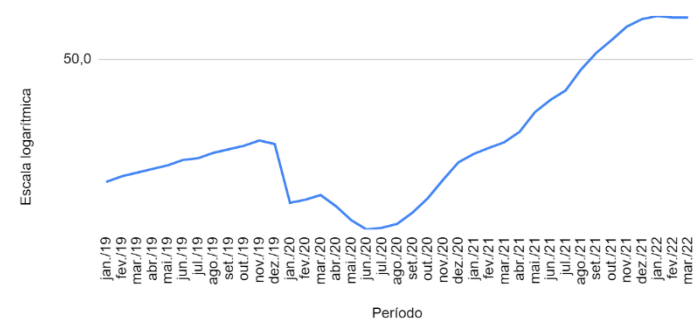


Gráfico 2.31 - Endividamento em proporção da renda das famílias (%)

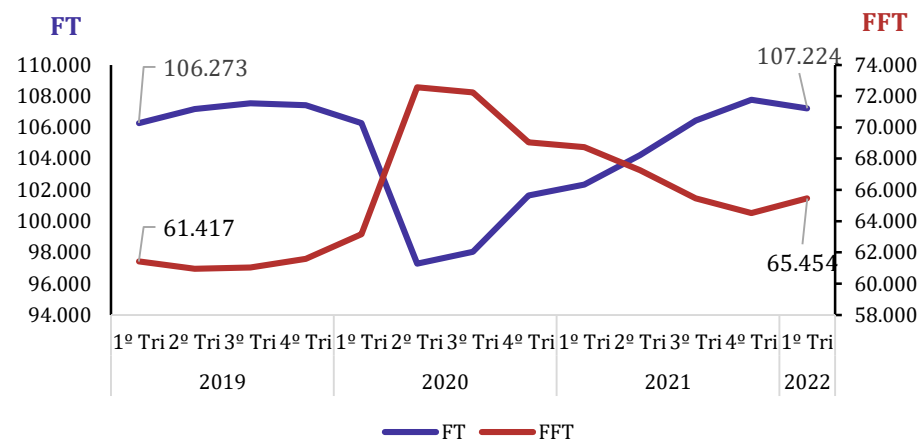
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2022)





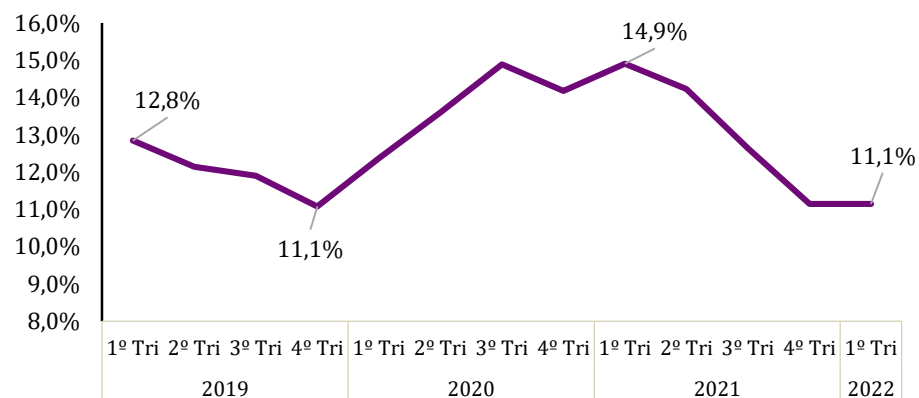
Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.1: População na Força de Trabalho e Fora da Força de Trabalho (Brasil, em mil)



Fonte: PNADC/Elaboração própria.

Gráfico 3.3: Taxa de desocupação (Brasil, em %)



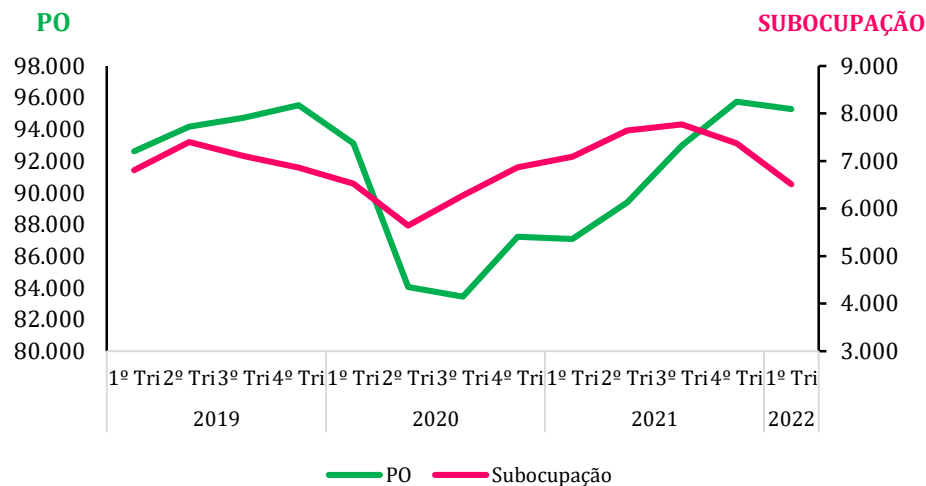
Fonte: PNADC/Elaboração própria.

Gráfico 3.2: População Ocupada e Desocupada (Brasil, em mil)



Fonte: PNADC/Elaboração própria.

Gráfico 3.4: População Ocupada e Subocupação (Brasil, em mil)

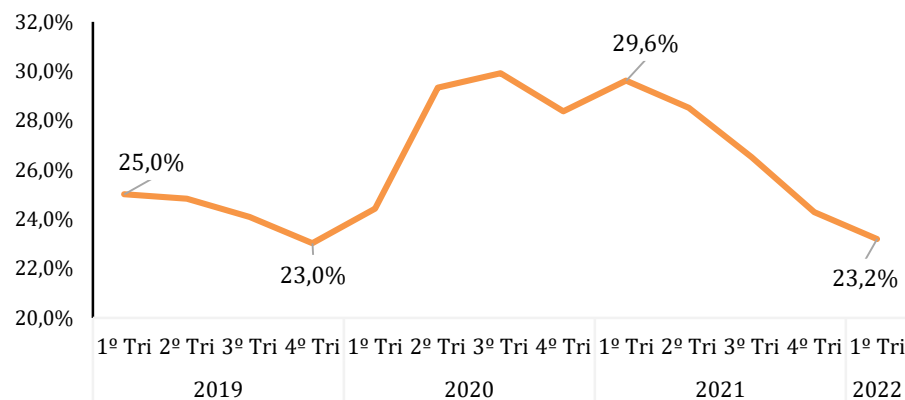


Fonte: PNADC/Elaboração própria.



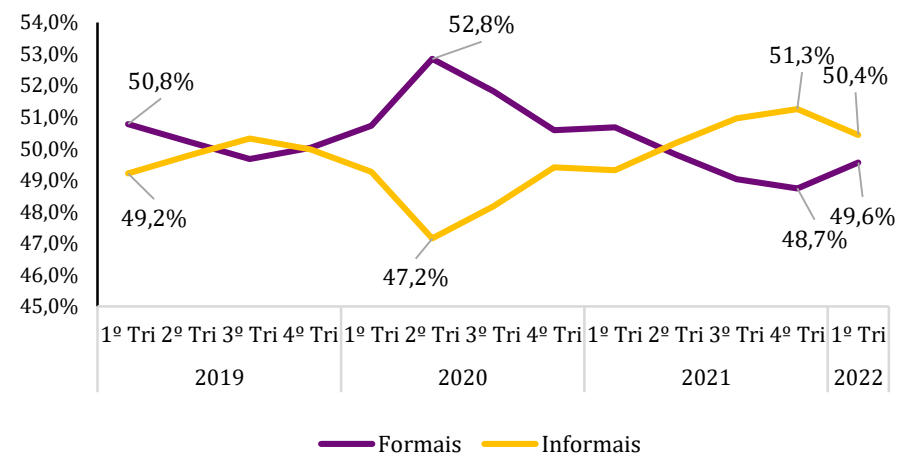
Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.5: Taxa de Subutilização (Brasil, em %)



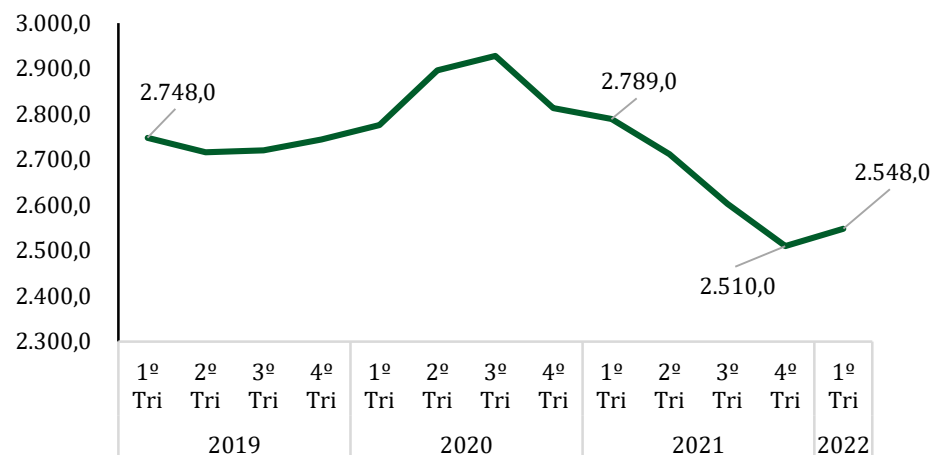
Fonte: PNADC/Elaboração própria.

Gráfico 3.6: Taxa de Formalidade e Informalidade (Brasil, em %)



Fonte: PNADC/Elaboração própria.

Gráfico 3.7: Rendimento Médio Real (Brasil, em R\$)



Fonte: PNADC/Elaboração própria.



Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Tabela 3.1: INFORMAL - Variação trimestral posição na ocupação desagregada (Brasil, em %)

Trimestres	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado no setor público sem carteira	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total Informal
~1ºT2019-1ºT2022	6,54%	0,00%	8,89%	7,67%	-8,90%	5,88%
~1ºT2020-1ºT2022	6,89%	0,24%	0,34%	5,91%	1,74%	5,14%
~1ºT2021-1ºT2022	19,25%	21,71%	22,45%	7,31%	-0,51%	11,83%
~4ºT2019-4ºT2021	1,53%	-3,40%	-0,80%	6,61%	-3,62%	3,41%
~4ºT2020-4ºT2021	18,26%	23,73%	8,79%	13,07%	-2,69%	14,30%
~4ºT2019-1ºT2020	-6,74%	-5,67%	-6,58%	-1,90%	-4,47%	-3,94%
~4ºT2020-1ºT2021	-2,64%	-0,49%	-16,05%	2,68%	-1,37%	-0,18%
~4ºT2021-1ºT2022	-1,82%	-2,12%	-5,51%	-2,55%	0,83%	-2,34%

Fonte: PNADC/Elaboração própria.



Anexo Estatístico: Empregos & Salários

**Tabela 3.2: MICRODADOS – Cruzamento por sexo e raça/cor para os indicadores gerais
(Brasil, em % e R\$)**

1ºTrimestre 2022	Homens		Mulheres	
	Branços	Negros	Branças	Negras
Taxa de desocupação	7,4%	10,5%	10,7%	16,3%
Taxa de subutilização	14,1%	21,8%	21,1%	34,3%
Taxa de informalidade	47,9%	54,5%	44,5%	52,5%
Rendimento médio	3.562,00	2.101,00	2.678,00	1.664,00

Fonte: PNADC/Elaboração própria.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CONJUNTURA

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
CEP: 29075-910 – Tel: (27) 4009-2605

<https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/>
<https://www.instagram.com/conjunturaufes/>
<https://www.facebook.com/conjunturaufes>
<https://twitter.com/ConjunturaU?s=20>

COORDENAÇÃO GERAL: Prof. Dr. Vinícius Vieira Pereira.

COORDENAÇÃO DE ÁREAS: Dra. Ana Paula Fregnani Colombi (Empregos e Salários), Dr. Everlam E. Montibeler (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo), Dr. Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo), Dr. Henrique Pereira Braga (Política Monetária e Inflação), Dr. Vinícius Vieira Pereira (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo).

ELABORAÇÃO DO ITEM POLÍTICA ECONÔMICA: Dr. Fabrício Augusto de Oliveira.

ESTUDANTES QUE ELABORARAM OS ITENS EM DESTAQUE:

Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo: João Vitor Massariol, José Vitor Andrade, Josué Souza Magalhães Luiz Carlos Santos de Jesus e Matheus Maia.

Política Monetária e Inflação: Caroline Bissoli, Isadora Faé, Julia Sant'Ana Soeiro e Milena Martins;

Empregos e Salários: Afonso Dantas, Bruna Cavati, Luiz Carlos Santos de Jesus, Luiza Giuberti Borghi e Otávio Luís Barbosa.

Divulgação: Luiz Carlos Santos de Jesus